

AQUISIÇÃO FONOLÓGICA DE L2

Prof. Msc. Clara da Silva (FURG)

A diferença fundamental entre quem está aprendendo a língua materna (LM), geralmente uma criança, e quem está aprendendo uma língua estrangeira (LE) é que enquanto a criança está construindo a sua gramática, aparentemente, desde zero (a cautela é porque pode haver contradições entre o que afirma alguma corrente lingüística e a falta de evidências empíricas convincentes), quem estuda a língua estrangeira já tem internalizada uma gramática, a de sua LM. Do contato entre as gramáticas de ambas as línguas, nasce a interlíngua, o dialeto usado pelos aprendizes de línguas estrangeiras; um dialeto caracterizado por ser sistemático, regular e instável. Na medida em que o aprendiz vai inferindo as restrições que condicionam a língua meta, vai substituir a gramática que transitoriamente estava usando por uma nova versão. A prática vai favorecer a internalização das restrições da outra língua e sua posterior automatização. Por essa razão é necessário favorecer a tomada de consciência das restrições que operam no sistema fonológico da LM dos aprendizes de uma língua estrangeira e, ao mesmo tempo, aprender, ou adquirir, as restrições que regem o sistema fonológico da LE, alvo de sua aprendizagem. Essa proposta tem como respaldo os princípios da Teoria da Otimidade (TO), em cujo âmago subjaz a visão da língua como um sistema de forças em conflito, sob a forma de restrições que fazem parte da Gramática Universal (GU). Na TO, parte-se do pressuposto que há um gerador (GEN) encarregado de produzir formas lingüísticas, partindo de entradas léxicas. O conjunto produzido por GEN é chamado de ‘candidatos a *output*’. Para complementar o gerador, postula-se um avaliador (EVAL), que considera as formas propostas por GEN e avalia todas, mas, dentre elas, apenas uma será escolhida como ótima. A proposta mais inovadora da TO é a da violabilidade das restrições. A forma ideal seria aquela que cumprisse com todas as restrições; mas, como nenhuma forma lingüística pode satisfazer todas as restrições ao mesmo tempo, há uma seleção procurando as estruturas que violam um número menor de restrições e descartando as que violam um número maior. As restrições universais estão ordenadas em uma escala classificatória; as que figuram no topo da escala têm prioridade sobre as que aparecem nos degraus inferiores. As línguas divergem umas das outras pela diferente hierarquização dessas restrições universais. Por exemplo, frente a um *input* /speɪn/, para a palavra *Spain*, “Espanha”, enviado para que *Gen* proponha uma lista de candidatos possíveis: (1) [speɪn] (2) [sepeɪn] (3) [espeɪn] (4) [peɪn]...(n)....], o falante nativo de inglês vai selecionar como a melhor a forma (1) [speɪn], enquanto que os aprendizes de inglês, como língua estrangeira, quando são falantes de português ou de espanhol, vão escolher a forma (3) [espeɪn]. A divergência na escolha explica-se pelas diferenças nos critérios de seleção e avaliação dos falantes de inglês, por um lado, e dos falantes de português e espanhol, pelo outro. Para poder pronunciar [speɪn], com um ataque silábico complexo inaceitável, segundo as restrições que regem o português e o espanhol, os aprendizes deverão aprender o ranqueamento das restrições que regem a sílaba do inglês. Outros objetivos de minha intervenção são 1) apresentar, muito sucintamente, como operam algumas restrições na fonologia da língua espanhola e as estratégias reparadoras que a língua usa para contornar sílabas mal formadas; e 2) mostrar como podem ser explicadas algumas interferências da fonologia do português, quando LM, na fonologia do espanhol, LE, à luz da TO.